



Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 14-10-2021

Ata nº 20

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Maria de Fátima Rodrigues de Sousa Táboas	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 08-10-2021

Operações Orçamentais	13.084,36€
Operações de Tesouraria	544.518,49€
Documentos	0,00€

Início da reunião:16.00 horas

Esta reunião foi secretariada por Ana Isabel Fernandes Guimarães, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara Municipal deu início à reunião cumprimentando todos os membros do novo executivo que inicia funções. Referiu que espera um mandato tranquilo, de muito trabalho e discussões políticas, mas com entendimentos e decisões adequadas para o Município, tendo em conta que prevê um mandato extraordinário para diversas concretizações.

Tomou a palavra o Vereador José Passos Rodrigo apresentando cumprimentos a todos os presentes. Referiu que espera que todos, com responsabilidade, objetividade e transparência, consigam um bom clima de diálogo, apesar da oposição clara. Desejou sucesso, com trabalho conjunto a favor dos Melgacenses, e parabenizou a vitória.

O Vereador José Passos Rodrigo pediu, ainda, esclarecimentos sobre a situação da Zona Empresarial de Alvaredo (ZEA), mais concretamente, sobre todos os passos dados até ao presente.

O Presidente esclareceu que o trabalho teve início em 2018, após a decisão de avançar com a construção de uma nova zona empresarial, através da declaração de utilidade pública dos terrenos e a elaboração do projeto de loteamento, com os projetos de especialidades a serem elaborados por fases. Com o projeto das especialidades para a 1.ª fase aprovado e com a aprovação da declaração de utilidade pública decidiu-se promover a respetiva candidatura a fundos comunitários. Na altura, era possível escolher 2 medidas: uma para as zonas de baixa densidade, a qual permitiria obter um financiamento de 700.000,00€; outra para zonas empresariais, mais vasta e com mais candidatos, a qual permitiria obter um financiamento de 1.500.000,00€. Arriscou-se para a candidatura à segunda medida, a qual foi aprovada, obtendo um financiamento a fundo perdido pelo NORTE2020 de 1.500.000,00€, sendo o restante valor de 1.200.000,00€ financiado pela linha BEI, a título de empréstimo reembolsável. A obra teve início em julho do presente ano e está a decorrer conforme os prazos estabelecidos.

O Presidente referiu, ainda, que é necessário avançar para outra fase, estando a ser analisado qual a fase que melhor resposta dará à procura dos empresários e à resolução de problemas na obra. Isto porque se verifica uma procura simpática para a instalação de fábricas e que a seu tempo será dada nota. Atualmente, foram já assinados 2 contratos-promessa de compra e venda: um com área de 2ha para construção de uma fábrica de 1,6ha; outro com 1000m² para a construção de uma fábrica de 500m². Tais projetos serão candidatados a fundos comunitários, o que tem sido acompanhado de perto com a Ministra da Coesão Territorial, prevendo que estão no bom caminho para iniciarem a construção no 1.º semestre de 2022. Esclareceu que, com estas duas ocupações, mais um compromisso de 1ha, o terreno da fase 1 fica hipotecado, razão pela qual é necessário avançar para outra fase. Informou o Presidente que na próxima terça-feira irá reunir com a população de Alvaredo.

Ainda sobre o assunto, o Presidente sublinha que a evolução é positiva, transmitindo a visão animadora que os empresários lhe têm transmitido sobre a localização de Melgaço, sobretudo aqueles que trabalham com a matéria-prima vinda da Europa, que chega mais rápido aqui do que a Braga, e com exportações para a América Latina, através do aeroporto de Vigo, contando com a A52 que permite a ligação a toda a rede de estradas europeias.

O Vereador José Passos Rodrigo questionou qual a quantidade prevista de posto de trabalho pelas duas empresas e se outras empresas mostraram interesse.

O Presidente respondeu que a primeira empresa referida não é de emprego intensivo, mas sim qualificado e que, não sabendo a quantidade de empregos previstos pela segunda empresa, sabe que também eles são qualificados.

O Vereador José Passos Rodrigo refere a empresa "Aflex" como exemplo de quem emprega 100 pessoas, mas que muitas dessas pessoas são habitantes de Monção.

O Presidente esclareceu que o objetivo da ZEA é criar economia para responder à procura de mão de obra pelos vários setores. São exemplos conhecidos a indústria do vinho e da vinha, que importam pessoas para trabalhar, como os setores da restauração e do alojamento, que transmitem a sua aflição com a falta de mão de obra. Sublinhou que o nosso problema não é o desemprego, mas sim trazer pessoas para trabalharem em Melgaço, o que apenas é conseguido combinando a economia com a habitação.

Sobre o tema da habitação, o Presidente elevou-o a grande desafio do mandato, quer no que respeita aos estudantes do IPVC, em relação aos quais existe já um Protocolo de Colaboração entre o Município de Melgaço, a Movijovem e o IPVC, quer no que respeita às restantes pessoas que chegam ao nosso território. Sobre estas últimas deu o exemplo de um quadro superior que tentou arranjar um T0 ou T1 para viver em Melgaço sem sucesso, o que o fez ir viver para Monção. O Presidente referiu, ainda, que mantém diálogo com alguns responsáveis públicos e, sobretudo, com os privados, alertando-os para a necessidade de investirem, face à procura que se verifica na aquisição de habitação por parte de imigrantes e na aquisição de imóveis para reabilitar, bem como à procura de imóveis para arrendamento, solução mais rápida para quem chega e assim inicia a sua estadia em Melgaço. Terminou dizendo que existe uma boa articulação com a Secretaria de Estado da Habitação e com o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

O Vereador José Passos Rodrigo questionou, ainda, sobre as infraestruturas necessárias à instalação das empresas na ZEA.

O Presidente esclareceu que todas as infraestruturas estão acauteladas no projeto de investimento e serão executadas no âmbito da empreitada que está em execução.

Tomou a palavra o Vereador Manuel Fernandes, cumprimentando todos os vereadores e referindo que o que traduz e traduzirá a sua atuação será o debate de ideias e factos, não de pessoas, através de uma discussão viva e entusiasmada, mas dentro dos limites essenciais para se fazer ouvir.

Referiu que inicia as suas funções de Vereador, com o termo das suas funções de deputado da Assembleia da União das Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, trazendo o assunto das comunicações em Castro Laboreiro, na medida em que a rede móvel é deficiente, sendo inexistente em dois lugares da freguesia, o Ribeiro de Cima e o Ribeiro de Baixo, e a fibra ótica não resolve o problema. Na sua opinião, a rede móvel necessita de uma resposta mais imediata, pois

permite melhorar a qualidade de vida das pessoas sem terem de esperar pela construção de redes.

Relembra, com tristeza, que foi necessário um acontecimento trágico para despoletar a resolução do problema, que, contudo, ainda não está resolvido, ainda que a cerimónia realizada em maio de 2017 com as várias operadoras e a EDP tivesse permitido algumas melhorias na fibra ótica, mas não extensíveis a todo o concelho, como é exemplo a freguesia de S. Paio.

O Vereador Manuel Fernandes terminou o assunto sublinhando que as comunicações são um bem essencial para a vida e relacionamentos sociais das comunidades envelhecidas, que são votadas a um isolamento incompreensível, devendo a Câmara Municipal ter atenção a isto e agarrar o assunto como uma necessidade premente, pois as pessoas merecem um tratamento igualitário.

O Vereador continuou a sua intervenção felicitando a elaboração do Plano de Pormenor de Castro Laboreiro, lembrando a sua intenção de tornar a Vila de Castro Laboreiro a sala de visitas da Freguesia, demonstrada numa reunião deste órgão de 2005, e perguntando o ponto de situação do referido plano.

O Vereador solicitou, ainda, a outorga de um Protocolo de Cedência da Escola Primária do Ribeiro de Baixo, considerando o anseio da população em convertê-la em Casa Mortuária, para a qual tem condições.

Por fim, o Vereador Manuel Fernandes expôs os problemas existentes na recolha do lixo na União das Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro. Em Castro Laboreiro, verificou que as equipas de recolha de lixo colocam os caixotes do lixo em sítios não coincidente com os locais afetos, sendo a população a recoloca-los nos locais corretos ou tendo que atravessar a estrada para colocar o lixo onde os serviços deixaram os contentores. Solicita que os serviços tenham cuidado e refere que esta mudança de procedimento se verifica desde agosto. Em Lamas de Mouro apontou o problema dos caixotes do lixo afetos aos restaurantes, que foi já objeto de reclamação: aos fins de semana o lixo acumula o que dá uma imagem negativa à entrada do PNPG, na medida em que tais caixotes se localizam muito perto do Porta. Apontou como possível solução a colocação de mais um ou dois caixotes.

O Presidente tomou a palavra para referir que não haverá autarca que tenha falado tanto no assunto das comunicações no PNPG como ele, concordando com o Vereador Manuel Fernandes quando este refere que o direito à utilização da rede móvel e da fibra ótica é igual para todos os cidadãos, quer estejam no Terreiro do Paço, quer vivam nos Ribeiros, sendo uma luta que trava todos os dias.

Relembrou que, desde a cerimónia realizada em maio de 2017, onde os 6 Municípios que integram o PNPG, o ICNF, o Ministério do Ambiente, a EDP e as 3 operadoras de telecomunicações outorgaram um Protocolo/Projeto Piloto para a Melhoria da Cobertura de Telecomunicações no Parque Nacional da Peneda-Gerês, foram já construídas 2 torres, sendo que a Torre do Pico permite que Lamas de Mouro seja servida por uma rede muito boa e a torre em Castro permite uma cobertura de 60% do território em 4G, possibilitando que o centro da vila seja palco de eventos online com muito boa qualidade, ainda que não abranja todo o território.

Sublinhou, ainda, o Presidente que a empresa Altice tem investido na rede móvel, quer no Município de Melgaço, quer no PNPg: a torre construída no parque de estacionamento do seu edifício; a torre a construir até ao final do ano na freguesia de Paderne, que deve mitigar o problema das comunicações móveis na zona baixa do concelho; a torre na Branda da Aveleira, tão necessária para a procura turística, que beneficia também os concelhos de Arcos de Valdevez e Monção. Quanto à situação do Ribeiro de Cima e do Ribeiro de Baixo, referiu que o problema da rede móvel está a ser trabalhado com a Altice, com a intenção de ficar resolvido até ao final do ano, no máximo até primeiro trimestre do próximo ano, após o que será também instalada fibra ótica.

Por fim, sobre o tema, o Presidente resumiu o grande investimento na instalação de fibra ótica efetuado pela DST e terminado no primeiro semestre deste ano. Assumindo que a fibra ótica ainda não chegou a todo o lado, informou sobre o lançamento do concurso internacional para a instalação de fibra ótica nos locais ainda não servidos, com o intuito de chegar a todo o território, porque fundamental para a população e para as empresas.

Sobre a Vila de Castro Laboreiro, o Presidente concordou com o Vereador Manuel Fernandes no que respeita à sua beleza e localização extraordinárias e informou que, em conjunto com a Junta de Freguesia, têm sido executadas intervenções importantes na zona urbana. Relativamente ao Plano de Pormenor esclareceu que o mesmo se encontra em elaboração, tal com os Planos de Pormenor do Peso e das Carvalhiças, prevendo que os três serão aprovados na Assembleia Municipal de Fevereiro. Em consequências das referidas aprovações, será adotado o quadro financeiro para a concretização das soluções proposta, que permitirá a execução de uma obra estruturante em Castro Laboreiro, bem como a construção da Alameda do Peso, localizada entre o Hotel Ranhada e as Termas do Peso, incluindo a reabilitação da EN202, que marcará essa zona.

Em relação à Escola Primária do Ribeiro de Baixo, o Presidente pensa, não conseguindo precisar, que a mesma está cedida em comodato a um grupo de cidadão que a solicitou, não à Paróquia. Sublinhou a importância do Padre César na boa reabilitação do património, nomeadamente igreja, adro e cemitério, esclarecendo que a Junta de Freguesia e a Paróquia estão a debater o tema da Casa Mortuária.

O Presidente continuou a responder ao Vereador Manuel Fernandes, referindo a procura permanente de respostas ao problema do lixo, incluindo na área da separação e reciclagem, considerando que é necessário convencer a população a minimizar a utilização dos contentores do lixo indiferenciado, na medida em que as respetivas taxas, que já duplicaram por força da lei, poderão sofrer um agravamento com a utilização excessiva. Informou ainda que pretende requalificar a área dos contentores situados por baixo do restaurante Miradouro do Castelo, mudando-os de sítio, tendo em vista um enquadramento adequado, no seguimento da reorganização efetuada no espaço envolvente ao edifício da Porta de Lamas de Mouro, que inclui locais próprios para os contentores do lixo, novos locais destinados a estacionamento e condicionamento de carros na mata. Ainda assim, o Presidente esclareceu que sabe que o Vereador se refere ao ponto de recolha de lixo situado no cruzamento da entrada para a Porta, não esquecendo que o problema também se reconduz à utilização dos contentores, informando que sempre que os serviços têm conhecimento de problemas, vão lá resolver, ainda que não descure a necessidade de tratar adequadamente a questão.

O Vereador Manuel Fernandes elogiou o trabalho efetuado na Porta de Lamas de Mouro, sublinhando a qualidade do quadro de pessoal, solícito, com muito conhecimento e competência para o transmitir. O Vereador José Passos Rodrigo congratulou o Presidente por isso.

Seguidamente, tomou a palavra a Vereadora Sónia Trancoso, cumprimentando todos os membros do órgão executivo e referindo que, apesar de ocupar o cargo pela primeira vez, pretende trabalhar com afinco para o bem dos melgacenses.

Questionou a Vereadora Sónia Trancoso sobre o início da obra de requalificação das Piscinas, visto que a adjudicação foi aprovada em janeiro de 2021.

O Presidente respondeu que o atraso no início da obra se deveu ao processo no Tribunal de Contas, que já terminou com a obtenção do visto prévio. Esclareceu que a obra ainda não arrancou, mas que os três empreiteiros já estão avisados para na próxima semana darem início aos trabalhos.

A Vereadora Sónia Trancoso perguntou quanto tempo vai demorar a obra.

O Presidente esclareceu que a obra de grande dimensão, no valor de 2.000.000,00€, que inclui fachada, parte técnica e tanque, estará concluída dentro de um ano.

A Vereadora Sónia Trancoso mostrou-se preocupada com as queixas relacionadas com o funcionamento do Centro de Saúde, nomeadamente no que respeita ao horário, atendimento telefónico e marcação de consultas, questionando o Presidente sobre o que pretende fazer, tendo em conta que receia que essas queixas e a diminuição dos atendimentos possam levar ao encerramento da unidade.

O Presidente considerou impensável e sem sentido nenhum o fecho do Centro de Saúde. Lembrou que a Pandemia teve como consequência a falta de resposta às restantes realidades de saúde em qualquer ponto do país, estando, atualmente, a ser resolvido este problema em Melgaço com a contratação de duas médicas, que não estando ao serviço foram substituídas por dois médicos, após grande pressão exercida pela Câmara Municipal. Consequentemente, o Presidente considerou que o Centro de Saúde tem condições para, aos poucos, retomar a normalidade, sendo que espera que os profissionais de saúde convivam com naturalidade com o vírus. Ainda sobre o tema, lembrou que a Câmara Municipal tem apoiado o Centro de Saúde com recursos humanos e informáticos, para além da pressão exercida para a execução de obras no edifício.

No âmbito da Pandemia, o Presidente expressou o seu desagrado em relação ao funcionamento dos serviços públicos após levantamento das restrições, afirmando que espera que esses serviços, tal como a Câmara Municipal o fez, afastem o paradigma COVID 19.

O Vereador Manuel Fernandes lembrou que o problema da perceção do mau funcionamento do Centro de Saúde vem já do seu anterior mandato, com a conseqüente deslocação dos residentes da zona da montanha à Unidade Básica de Monção, o que é problemático tendo em conta que as decisões em Lisboa são alicerçadas em rácios, como foi o caso do encerramento das urgências. Considera que devemos ter receio que o esvaziamento das funções do Centro de Saúde de



Melgaço possa levar ao questionamento do seu funcionamento, razão pela qual julga importante reverter a má perceção dos munícipes.

O Presidente respondeu que a função da Câmara Municipal é pressionar, pois não tutela a área da saúde, e melhorar nas questões em que exerce competências, para além de sublinhar que o Centro de Saúde de Melgaço não executa as mesmas funções da Unidade de Monção. Espera que o Centro de Saúde retome a sua atividade normal, fazendo com que as pessoas revertam a perceção negativa que têm.

Tomou a palavra o Vereador José Custódio Domingues, cumprimentando e dando as boas vindas aos novos membro do executivo. Sobre o tema referiu, dando um exemplo da sua vida profissional na Unidade Local de Saúde do Alto Minho em Monção, que há muita desinformação das pessoas, pois não sabem quais os problemas de saúde que atualmente podem ter respotam no Centro de Saúde de Melgaço, razão pela qual se dirigem a Monção e voltam a Melgaço, pois o tempo de espera aqui é menor. Relembrou que estão já a decorrer obras de requalificação no Centro de Saúde de Melgaço e que a reestruturação da Unidade Local de Monção não depende de Melgaço, concorrendo para tal decisão a utilização do serviço por residentes de Paredes de Coura e Arcos de Valdevez.

O Presidente precisou que as obras a decorrer no Centro de Saúde incluem alguns espaços, mas que a obra que referiu anteriormente é maior e beneficiará do PRR.

De seguida, tomou a palavra o Vereador Manuel Fernandes para lembrar que, nos termos do Estatuto dos Eleitos Locais, cabe ao Presidente da Câmara Municipal disponibilizar meios para o exercício de funções vereadores, questionando se se prevê a cedência de instalações para os vereadores do PSD trabalharem e receberem os munícipes, como já aconteceu há uns anos. Referiu, ainda neste âmbito, a atitude discriminatória que os vereadores do PSD eram alvo nas Assembleias Municipais, pois não estavam representados na mesa do executivo.

O Presidente respondeu que a questão da Assembleia Municipal está ultrapassada desde o mandato anterior, com todos os vereadores sentados na mesa do executivo da Assembleia Municipal. Quanto à cedência de uma sala para o trabalho dos vereadores do PSD, o Presidente disse que o assunto será estudado e trazido à próxima reunião. Esclareceu, ainda, que não são cedidos recursos humanos para o efeito, mas que o GAP está sempre disponível.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

242. Presente para efeitos de análise e votação a Ata nº19 de 15-09-2021.
O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a ata n. °19 de 15-09-2021.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

243. Justificação de falta.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

244. Marcação das reuniões ordinárias da Câmara Municipal de acordo com o artigo 40.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

As reuniões de Câmara Municipal serão realizadas, em regra, às quartas-feiras à tarde, de quinze em quinze dias, sendo a próxima no dia 27 e assim sucessivamente. No final do ano, o assunto será novamente analisado.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a marcação das reuniões Ordinárias de Câmara, para as Quartas – Feiras, às 14.30 horas, de acordo com o artigo 40.º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

245. Presente proposta de Regimento das Reuniões da Câmara Municipal de Melgaço, que ficará anexa a esta ata.

O Presidente esclareceu que o Regimento ora apresentado mantém a base do Regimento anterior, tendo sido alterado o n.º 2 do artigo 2.º, de forma a prever a possibilidade de transmitir, por plataformas eletrónicas, todas as reuniões públicas realizadas no final de cada mês.

O Vereador Manuel Fernandes solicitou a alteração ao n.º 3 do artigo 13.º de forma a constar a prática de anteriores mandatos, onde se apresentava a justificação no início da reunião seguinte e não no prazo legal.

O Presidente respondeu que não considera necessária a alteração, na medida em que a prática continua a mesma e a redação da norma, nomeadamente “podendo”, não obriga a apresentação de justificação no prazo legal, mas sim na reunião seguinte.

O Vereador Manuel Fernandes referenciou também o n.º 3 do artigo 15.º, solicitando que a publicação das atas no Portal do Município de Melgaço seja acompanhada pelos anexos referidos nos assuntos.

O Presidente, mostrando os anexos, disse que lhe parece complicada essa publicação tendo em conta o peso dos documentos.

O Vereador Manuel Fernandes insiste na publicação dos pareceres/informações que fundamentam a decisão, ainda que compreenda os constrangimentos técnicos.

O Presidente referiu que a situação será avaliada.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Regimento apresentada, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 39.º do anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

246. Presente proposta de fixação de Vereador em regime de tempo inteiro, que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos vereadores do PPD/PSD, aprovar a proposta de fixação de Vereador em regime de tempo inteiro, nos termos do n.º 2 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

247. Presente informação à Câmara Municipal de distribuição dos Pelouros dos vereadores, que ficará anexa a esta ata.

O Presidente informou a distribuição dos Pelouros dos Vereadores, assim, ao Presidente da Câmara serão atribuídos os Pelouros da Cultura, Ação Social, Saúde e Desporto; ao Vereador José Adriano Esteves Lima serão atribuídos os Pelouros da Economia e Turismo, Proteção Civil e Freguesias; à Vereadora Maria de Fátima Rodrigues de Sousa Táboas serão atribuídos os Pelouros das Obras Públicas, Serviços Urbanos e Ambiente e a Educação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

248. Presente proposta de delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara nos termos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que ficará anexa a esta ata.

O Presidente esclarece que a proposta de delegação de competências visa alcançar eficácia e agilidade na gestão autárquica, nos termos da Lei.

O Vereador Manuel Fernandes considerou excessiva a proposta de delegar 31 das 35 competências passíveis de delegação. Agradeceu a generosidade, mas afirmou que gostariam de trabalhar mais, ainda que entenda o argumento da eficácia da gestão.

O Presidente compreendeu a posição, mas afirmou que a capacidade de trabalho é muito importante.

O Vereador Manuel Fernandes afirmou que votariam contra por entenderem que a delegação em causa corresponde a um esvaziamento das competências da Câmara Municipal que não poderiam aceitar.

O Executivo deliberou, por maioria, com três votos contra dos Vereadores do PPD/PSD, aprovar a proposta de delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara nos termos do disposto no artigo 34.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

249. Presente proposta de delegação de competências do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação no Presidente da Câmara Municipal, que ficará anexa a esta ata.

O Presidente esclareceu que esta proposta apresenta a mesma lógica da proposta anterior, referindo que tem dado provas de agilidade nos processos de licenciamento urbanístico.

O Vereador Manuel Fernandes referiu que os vereadores do PSD têm uma posição diferente da anterior delegação, pois as solicitações dos munícipes apresentam uma urgência que não se compadece em esperar.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, aprovar a proposta de delegação de competências do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação no Presidente da Câmara Municipal, nos termos e para os efeitos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

250. Presente proposta de representante da empresa Municipal MELSPORT - Melgaço, Desporto e Lazer, E.M., que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, designar para representante do Município de Melgaço na Assembleia Geral da “Melsport – Melgaço, Desporto e Lazer, E.M., o Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, Manoel Batista Calçada Pombal, no uso da competência prevista na alínea oo) do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

251. Presente proposta dos representantes na empresa Municipal CURA AQUAE - TERMAS DE MELGAÇO.EM, que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores PPD/PSD, designar para representante da empresa Municipal CURA AQUAE – TERMAS DE MELGAÇO.E.M, o Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, Manoel Batista Calçada Pombal, e no uso das competências que lhe confere a alínea oo) do n.º1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

252. Presente proposta dos representantes na empresa Municipal Quintas de Melgaço, SA, que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, designar para representante do Município de Melgaço na Assembleia Geral da “Quintas de Melgaço – Agricultura e Turismo, S.A.”, o Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, Manoel Batista Calçada Pombal, nos termos do n.º2 do artigo 26.º da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, e alínea oo) do n.º1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

253. Presente proposta dos representantes do município na ADEMINHO, que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, designar como representante do Município de Melgaço na Assembleia Geral da “ADEMINHO – Associação para o Desenvolvimento do Ensino Profissional do Alto Minho Interior”, o Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, Manoel Batista Calçada Pombal, no uso das competências que lhe confere a alínea oo) do n.º1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

254. Presente proposta dos representantes do município nas COMÉDIAS DO MINHO, que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, designar como representante do Município de Melgaço na Assembleia Geral da “Associação Comédias do Minho”, o Presidente da Câmara Municipal, Manoel Batista Calçada Pombal, no uso das competências que lhe confere a alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

255. Presente proposta dos representantes do município na ADERE, que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, designar como representante do Município de Melgaço na Assembleia Geral da “ADERE – PNPG – Associação de Desenvolvimento das regiões do Parque Nacional da Peneda Gerês”, o Vereador da Câmara Municipal, José Adriano Esteves Lima, no uso das competências que lhe confere a alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

256. Presente proposta de representação do município no CIAB (Centro de Informação, Mediação, e Arbitragem de Consumo), que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, designar como representante do Município de Melgaço na Assembleia Geral do CIAB – CENTRO DE INFORMAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DE CONSUMO (TRIBUNAL ARBITRAL DE CONSUMO), o Vereador da Câmara Municipal, José Adriano Esteves Lima, no uso das competências que lhe confere a alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

257. Presente proposta de representação do município na AREA ALTOMINHO - Agência Regional de Energia e Ambiente do Alto Minho, que ficará anexa a esta ata.

O Presidente esclareceu que AREA ALTOMINHO - Agência Regional de Energia e Ambiente do Alto Minho é uma entidade desconhecida para muitas pessoas, mas que presta uma assessoria muito grande e importante na área da energia.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, designar como representante do Município de Melgaço na Assembleia Geral da “AREA Alto Minho – Agência de Energia e Ambiente do Alto Minho”, a Vereadora da Câmara Municipal, Fátima Táboas, no uso das competências que lhe confere a alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

258. Presente proposta de designação de membros da Comissão Municipal de Trânsito, que ficará anexa a esta ata.



Acta

Reunião de Câmara Municipal

Acta nº	20
Data	14-10-2021
Tipo	Ordinária
Página	12

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, designar o Vereador da Câmara Municipal de Melgaço, José Adriano Esteves Lima, como membro executivo da Comissão Municipal de Trânsito, e do técnico superior, Rui Alexandre Monteiro Ribeiro, como membro da referida Comissão Municipal de Trânsito, conforme disposto nas alíneas b) e c) do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Trânsito e Estacionamento.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

259. Presente proposta de condições de Movimentação das Contas Bancárias, que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, aprovar as condições de movimentação das contas bancárias.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

260. Presente requerimento em nome de Cláudia Cristina de Freitas Primeiro, a solicitar a atribuição de auxílios Económicos de Ação Social Escolar - Candidatura Extemporânea, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente passou a palavra à vereadora do pelouro.

A Vereadora Fátima Táboas cumprimentou todos os vereadores e informou que os auxílios Económicos de Ação Social Escolar são atribuídos, desde 2011, no âmbito do Regulamento próprio, que permite a atribuição extemporânea, ou seja, após o período definido em regulamento para as candidaturas, que se baliza entre maio e junho. Esclareceu que o presente caso respeita a um agregado constituído pela mãe e dois filhos, que foi analisado pelos serviços e que se inclui no 1.º escalão, sendo atribuído um auxílio de 60€ acumulado com a isenção do pagamento das refeições.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº8496 de 21-09-2021 e ao abrigo da competência prevista na alínea hh), do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição do 1.º escalão de apoio ao aluno Hugo Primeiro de Castro, correspondente a 60€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

261. Presente para efeitos de ratificação a aprovação do Protocolo de colaboração entre a Fundação Caixa Agrícola do Noroeste, Município de Melgaço e a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente esclareceu que o Protocolo enquadra o Prémio "Jovens Talentos", uma parceria entre a Fundação Caixa Agrícola do Noroeste, a CIM do Alto Minho e os 10 Municípios do Alto Minho, tendo sido aprovado pelo Presidente devido à urgência transmitida pela CIM Alto Minho. Referiu, ainda, que as edições da CIM são muito interessantes.

Mod. GE/001.0



O Vereador Manuel Fernandes questionou sobre o destino dos livros.

O Presidente esclareceu que os livros serão oferecidos aos Vereadores, à Biblioteca, sendo os restantes destinados à venda.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 8529 de 22-09-2021 e ao abrigo da competência conferida no artigo 34.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação do Protocolo de colaboração entre a Fundação Caixa Agrícola do Noroeste, Município de Melgaço e a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

262. Presente para efeitos de aprovação a Ata do ato público do sorteio para atribuição de lugares vagos no Mercado Municipal, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente passou a palavra ao vereador do pelouro.

O Vereador José Adriano Lima cumprimentou os membros do executivo e desejou um excelente mandato a todos, afirmando acreditar que em princípio, o sucesso de cada um dos membros do executivo será o sucesso de Melgaço.

Esclareceu que o concurso de destina à ocupação de espaços vagos no piso -1, bancas de legumes e de peixe, que o júri reuniu e analisou e propõe atribuir todos os lugares requeridos. Considerando que permaneceram alguns espaços vagos, o Vereador espera que, de futuro, exista procura para todos esses espaços.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 8626 de 28-09-2021 e ao abrigo do artigo 20.º do Regulamento de Organização e Exploração do Edifício do Mercado Municipal (ROEEMM), a aprovação da Ata do ato público do sorteio para atribuição de lugares vagos no Mercado Municipal. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

263. Presente requerimento em nome de Júlio Guimarães Loureiro, titular dos lugares da feira semanal n.º 92 e 93 e Maria de Fátima Gonçalves de Sousa, titular dos lugares n.º 91 e 94, solicitam a permuta dos lugares 92 e 94, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Vereador do pelouro José Adriano Lima esclareceu que o Regulamento permite a permuta de lugar entre feirantes mediante o seu acordo, não havendo nada a obstar.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 9065 de 11-10-2021 e no uso do n.º 1 do artigo 21.º do Regulamento Municipal das Atividades Económicas não Sedentárias do Município de Melgaço, aprovar a permuta de lugares da feira semanal solicitada.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

264. Presente requerimento em nome de Ricardo João Pereira Simões, titular do lugar da feira semanal n.º71, solicita a transferência de licença de uso privativo do lote para Fátima Patrícia Pereira Marques, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Vereador do pelouro José Adriano Lima esclareceu que o Regulamento permite a transferência de licença de uso privativo de lotes da feira semanal, não havendo nada a obstar.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º9067 de 11-10-2021 e ao abrigo do artigo 22.º do Regulamento Municipal das Atividades Económicas Não Sedentárias (RMAENS), aprovar a transferência da licença de uso privativo do lote n.º71 para Fátima Patrícia Pereira Marques.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

265. Presente para efeitos de aprovação as Normas de Participação na Festa do Espumante 2021, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa

O Vereador do pelouro José Adriano Lima referiu que a Festa do Espumante irá realizar-se entre os dias 26 e 28 de novembro nos moldes habituais, mas com os cuidados necessários e impostos pela Pandemia. Esclareceu que o Regulamento da Festa do Espumante foi aprovado em 2019, prevendo a aprovação anual de normas relacionadas com a execução da Festa e que são agora trazidas à aprovação. Informou, ainda, que se propõe uma redução do preço da inscrição no valor de 50€ para os produtores de fumeiro, queijos, doçaria e outros produtos locais, que o horário se mantém igual ao da última edição e que se fixou o preço mínimo de venda ao público das garrafas de espumante.

O Vereador José Passos Rodrigo tomou a palavra dizendo que o objetivo da Festa do Espumante, de promover o Espumante e as marcas que o produzem, foi alcançado com sucesso. Por isso, questionou se a Câmara Municipal pensou em projetar ainda mais o Espumante com outro tipo de montra, que incluía a participação de profissionais da área.

O Presidente respondeu dizendo que a Festa do Espumante foi inaugurada em 2015, com uma nota de profissionalismo, considerando que a organização do evento foi adjudicada à Essência do Vinho, cuja produção foi alvo de críticas muito positivas, ainda que existisse quem criticasse de forma negativa. Na sua opinião, toda a gente ficou rendida à capacidade de promoção dos produtos.

Continuou o Presidente referindo que todos os eventos do Município procuram ter essa nota de profissionalismo, não só na forma de fazer, mas também em relação a outros componentes, nomeadamente em relação à divulgação, como é o caso da parceria com a Revista de Vinhos, que promove provas e reportagens que elevam os nossos produtos ao nível nacional, e o exemplo da Festa do Alvarinho e do Fumeiro e da Festa do Espumante, ambas de 2020, amplamente publicitadas na Revista Gula.



Respondendo ainda ao Vereador José Passos Rodrigo, o Presidente referiu o evento Wine Fest, dedicado aos profissionais, que tem lugar em Lisboa, com a participação de pessoas bastante importantes do sector, a convite da Essência do Vinho, cujos resultados posicionam Melgaço e a Sub-Região ao mais alto nível.

Continuou dizendo que, na sua perceção, quando se fala na sub-região, falam-se dos vinhos de Melgaço, dos seus produtores altamente conceituados e dos produtos de excelência.

Resumiu dizendo que a Município procura sempre a participação de profissionais nos eventos, quer os que são realizados em Melgaço, quer noutros pontos do país.

Ainda assim, o Presidente considerou que pode ser feito mais, nomeadamente eventos internacionais, dando o exemplo da Paris, onde a alta gastronomia será um aliado de peso, apesar dos custos serem consideravelmente superiores. Terminou dizendo que o Município e os seus produtores estão nesse nível, sendo necessário afinar a estratégia para posicionar ainda mais o território e os produtores, que são sempre ouvidos após os eventos realizados.

O Vereador José Passos Rodrigo questionou se existem dados quantitativos sobre o retorno dos eventos realizados.

O Presidente respondeu que a Câmara Municipal desafiou o IPVC para realizar esse estudo, todavia sem sucesso, pois é muito difícil obter números dos produtores, da restauração e do alojamento local, acreditando, ainda assim, que o retorno é muito grande.

O Vereador José Passos Rodrigo perguntou ainda, considerando que os gastos são diferentes do investimento, se se justifica continuar com este trabalho.

O Presidente entende que sim, referindo, especificamente em relação ao Wine Fest, que os testemunhos apontam para a concretização de negócios mais interessantes em Lisboa, considerando que o evento chega a um maior número de compradores, como é o caso do setor da restauração e distribuição.

O Vereador Manuel Fernandes Ramos dos Santos perguntou se vão haver mudanças em relação à última Festa do Espumante realizada em condições normais.

O Presidente respondeu que o layout será o mesmo, mantendo-se a tenda lindíssima, com algumas alterações pontuais, que respondem a alguns feedbacks dos participantes, como é o caso da ilha localizada no centro da tenda, que será rebaixada para permitir uma melhor visualização. Esclareceu que a capacidade para acolher produtores sofreu um aumento e que manteremos a postura de convidar todos os produtores da sub-região de Monção e Melgaço, ainda que o mesmo não tivesse acontecido em eventos realizados em Monção, o que lamenta.

O Vereador Manuel Fernandes questionou, ainda, sobre a Rota do Alvarinho, nomeadamente se os dois concelhos irão participar e se se mantém o modelo de 2007.

O Presidente respondeu que a Rota do Alvarinho está a ser reconfigurada, através do trabalho conjunto que desde 2018 está a ser realizado com Monção, com a coordenação do Município de Melgaço e criação de órgãos e espaços para outros atores. Esclareceu, ainda, que a imagem e os materiais estão a ser redefinidos, que as obras no Solar do Alvarinho se inserem neste âmbito, sendo o exemplo do empenho da Câmara Municipal em evoluir para participar no dinamismo que se verifica.

A Vereadora Sónia Trancoso mostrou o seu contentamento em relação à diminuição do preço de participação para os produtores de fumeiro, queijos, doçaria e outros produtos locais, mas questiona se não há possibilidade de alargar esta diminuição aos outros expositores, considerando a situação atual.

O Presidente informou que esse foi um tema debatido, tendo-se concluído que era necessário acautelar o orçamento e que não se estava a pedir nada de extraordinário aos produtores de vinho, na medida em que o ano de 2020 não foi tao mau como se pensava para esses produtores, que viram as vendas do mercado nacional diminuir, mas as exportações a aumentar – 40% mercado nacional, 60% exportação, sendo o inverso dos dados do passado.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº8916 de 06-10-2021 e de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal da Festa do Espumante, aprovar as Normas de Participação na Festa do Espumante 2021.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

266. Presente ofício da Fábrica da Igreja paroquial de Santa Maria da Porta de Melgaço, a solicitar a concessão de um subsídio, no valor de 550,00€, para apoio das despesas efetuadas com a realização da festa da Nossa Senhora da Orada 2021. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação anexa e no uso da competência prevista na alínea u) do nº1 do artigo 33º do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 550,00€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

267. Presente requerimento em nome de Amélia Natália Gonçalves, a solicitar a emissão de certidão de compropriedade indivisa relativa ao prédio inscrito na matriz predial urbana sob o n.º2037, da União de Freguesias de Chaviães e Paços, que ficará anexa a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º8370 de 13-09-2021 e no uso da competência prevista no artigo 54.º da Lei n.º64/2003, de 23.08, aprovar a emissão de certidão de compropriedade indivisa relativa ao prédio inscrito na matriz predial urbana sob o nº2037 da União de Freguesias de Chaviães e Paços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

268. Presente requerimento em nome de Leonor Esteves Caldas Pereira, a solicitar o destaque de parcela relativo ao prédio inscrito na matriz predial rústica com o nº114, da União de Freguesias de Prado e Remoães, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n. º8621 de 27-09-2021 e ao abrigo do n. º4 do artigo 6.º do RJUE, aprovar a emissão de certidão de destaque de parcela relativo ao prédio inscrito na matriz predial rústica com o n. º114, da União de Freguesias de Prado e Remoães.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Gestão Municipal

269. Presente para efeitos de aprovação o apoio financeiro, no valor de 10.900,00€ anuais, a conceder ao Instituto Politécnico de Viana do Castelo no âmbito da execução do Protocolo de Cooperação no âmbito do Núcleo Tecnológico para a Sustentabilidade Agroalimentar (NUTRIR), que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente apresentou este assunto visando esclarecer que o mesmo não se confunde com o Protocolo aprovado pela Assembleia Municipal, cujo objetivo se resumia a criar condições para o alojamento de estudantes, através da concessão de um apoio ao IPVC para o arrendamento de um terreno onde seria implementada uma solução modelar, mas que será revogado porque o PRR prevê um instrumento financeiro direcionado à habitação dos estudantes, que inclui despesas com a aquisição de terreno, terreno esse que o IPVC se encontra a procurar.

O assunto a deliberar, informou o Presidente, inclui-se no âmbito do Projeto NUTRIR, também ele já protocolado, que nasceu da sua persistência com a Ministra da Tutela em obter contrapartidas ao alargamento da produção de vinho Alvarinho, que passavam pela criação de um centro de transferência de conhecimento, inicialmente pensado para o Alvarinho, mas que abrange agora toda a produção agroalimentar.

O Presidente continuou explicando que o Projeto NUTRIR – Núcleo Tecnológico para a Sustentabilidade Agroalimentar – tem sede no IPVC, com a orientação do Centro de Investigação e Desenvolvimento em Sistemas Agroalimentares e Sustentabilidade daquele Instituto e conta com o apoio da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, e com o empenho do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que participou na sua criação e pretende apostar no alargamento do Projeto. Disse ainda que os dois doutorados e o doutorando que fazem parte do NUTRIR têm trabalhado muito com os produtores para a criação de valor, principalmente no âmbito da produção de gado, mas também noutras áreas, trabalho esse que tem dado os seus frutos, com a Universidade de Santiago de Compostela a reconhecer a importância desta prática e a solicitar colaboração para replicar o Projeto.

Por fim, o Presidente clarificou que o apoio financeiro em assunto é uma contrapartida à disponibilidade horária do Dr. Nuno Brito para ocupar o cargo de coordenador do Projeto NUTRIR.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º9053 de 10-10-2021 e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º1 do artigo 33.º anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar o apoio financeiro no valor de 10.900,00€ anuais ao Instituto Politécnico de Viana do Castelo no âmbito da execução do Protocolo de Cooperação no âmbito do Núcleo Tecnológico para a Sustentabilidade Agroalimentar (NUTRIR).

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

270. Presente para efeitos de aprovação o relatório final, adjudicação e a minuta de contrato referente à empreitada "Requalificação do Sistema de Abastecimento da Vila - ZMC4", que ficará anexa a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente considerou que a empreitada "Requalificação do Sistema de Abastecimento da Vila - ZMC4" é uma boa aposta na gestão das redes de abastecimento de água, financiada pelo POSEUR, com o objetivo de combater as perdas de água do sistema. Informou, ainda, que tal obra permitirá, ao mesmo tempo, a construção da rede de gás natural, visto que se irá aproveitar a abertura das valas para o efeito.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º9063 de 11-10-2021 e conforme competências conferidas pelos artigos 148.º e 98.º do CCP, aprovar o seguinte:

- Todas as propostas contidas no relatório final;
- Adjudicação do contrato para execução da empreitada de **"Requalificação do Sistema de Abastecimento da Vila - ZMC4"**, à empresa **PRODÍGIPADRÃO LDA**, no valor de **428.883,13€**, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;
- A minuta do contrato anexa à presente informação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

271. Presente para efeitos de aprovação a abertura de procedimento relativo a empreitada "Reabilitação, Conservação e Valorização da Igreja e sua envolvente, do Convento de São Salvador de Paderne, Melgaço, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

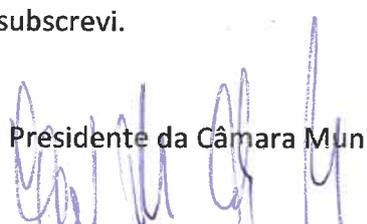
O Presidente esclareceu que a Empreitada "Reabilitação, Conservação e Valorização da Igreja e sua envolvente, do Convento de São Salvador de Paderne" foi uma luta recente que travou desde janeiro de 2020, que foi acarinhada pela Tutela e que conta com duas fontes de financiamento: 300.000,00€ do Orçamento Municipal e 600.000,00€ do Norte2020.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito contantes da informação n.º9073 de 11-10-2021 e no uso da competência conferida pela alínea b) do n.º1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de junho, em vigor por reprivatização da Resolução da Assembleia da República n.º86/2011, de 11 de abril, aprovar a abertura de procedimento relativo a empreitada "Reabilitação, Conservação e Valorização da Igreja e sua envolvente, do Convento de São Salvador de Paderne, Melgaço.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 18.20 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Rosa Guimarães, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



Manoel Batista Calçada Pombal